



ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2020

Data: 26/06/2020 Local: Videoconferência em razão da COVID-19
Campo Grande – MS

CONSELHEIROS / SECRETÁRIO EXECUTIVO

Rosimeire Cecília da Costa	Presidente - Comercial
Eliamar José	Conselheira Titular - Rural
Erivaldo Marques	Conselheiro Titular – Residencial
Denise Simões	Secretário Executiva – Titular
Sebastião Dussel	Conselheiro Titular – Indústria

ENERGISA/CONVIDADOS

Ricardo Vidinich	Agepan
Fernanda Mathias	Jornalista
Rogério Nunes	TAG 3

Secretaria Executiva do CONCEN

Av. Gury Marques, nº 8000, Bloco 2 - CEP: 79072-900 - Campo Grande-MS
Fone: (67) 3398-4483 - e-mail: concen@energisa.com.br

1 Às 15h05 do dia 26 de junho de 2020, por meio de teleconferência, em decorrência do isolamento para
2 contenção da COVID-19, foi iniciada a 5ª Reunião Ordinária de 2020. A presidente, Sra. Rosimeire
3 Costa, lê a pauta da reunião: **1. Apresentação e finalização da engenharia do Site; 2. Análise do**
4 **contido na Consulta 038/20 que visa "Obter subsídios para as alterações na Resolução**
5 **Normativa nº 878, de 24 de março de 2020, que trata das medidas para preservação da prestação**
6 **do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da calamidade pública**
7 **atinente à pandemia de coronavírus (COVID-19)"; 3. Sigilo e informações e relacionamento**
8 **com o Conselho - Compromisso feito em posse - Ex: No Processo: 48500.002846/2020-21 que**
9 **trata da Consulta Pública nº 35/2020 - Conta Covid quanto ao documento de acesso restrito que**
10 **o Conselho de Consumidores deveria acessar. Processo [48513.014913/2020-](#)**
11 **[00](#) 28/05/2020 169 ENERGISA MATO GROSSO DO SUL S.A. - DISTRIBUIDORA DE**
12 **ENERGIA S.A. CARTA 4. Envio das atas das últimas reuniões para análise e contribuição,**
13 **caso haja, ao seu teor; 5. Assuntos gerais.** Passa a palavra ao Sr. Rogério, mas, antes, o Sr. Erivaldo
14 observa que se manifestará pelo chat, porque está sem fone ou câmera. Pontua a presidente, então, que
15 as reclamações quanto aos canais de atendimento estão grandes, nos Procons estadual e municipal,
16 reclamam do call center, atraso nos serviços, que entende o ataque do hacker, mas que é preciso
17 estancar a situação, avisando que o tema será melhor tratado em **Assuntos Diversos**. O Sr. Rogério
18 inicia fala, diz que não recebeu contribuições, mas que, quanto ao cadastro de fornecedor junto à
19 Energisa, a questão está adiantada. Afirma que trabalhou a questão de cores, conforme pontuado pela
20 presidente Rosimeire Costa, aplicando tons mais neutros. A presidente afirma, então, que uma das
21 situações que foi acordada é que o Sr. Dussel, de faria algumas considerações e as enviou ao Conselho.
22 Lembra que, antes da pandemia, logo após a primeira reunião, que foi presencial, houve um checklist
23 das contribuições junto com a jornalista Fernanda, foi enviada mensagem ao secretário suplente, Dr.
24 Dian, uma vez que as considerações do contato e informações do conselho já haviam sido pactuadas. O
25 Sr. Rogério diz que o que faltam são os conteúdos para abastecimento do site, o Sr. Erivaldo observa
26 que ficou "apagado" com a redução do tom vermelho, podendo ser encontrado um "meio termo" entre
27 a versão anterior e a atual. O Sr. Sebastião e a Sra. Eliamar aprovam como está. A presidente agradece
28 a participação do Sr. Rogério e segue para o segundo ponto de pauta, **2. Análise do contido na**
29 **Consulta 038/20 que visa "Obter subsídios para as alterações na Resolução Normativa nº 878, de**
30 **24 de março de 2020, que trata das medidas para preservação da prestação do serviço público de**
31 **distribuição de energia elétrica em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia de**
32 **coronavírus (COVID-19)".** Observa que o prazo de contribuição, já prorrogado, vai até 30/06 e
33 passa a palavra ao Sr. Ricardo. Ressalta que a medida prorroga até 31/07 a suspensão do corte de
34 energia elétrica para alguns segmentos, mas observa que há questões novas que apareceram e que
35 influenciam no RTA. Mostra apresentação feita dia 07/04, quando risco hidrológico representava
36 3,04% de 6,32% nos componentes financeiros, a novidade está no CVA, "componentes da parcela A",
37 que são valores projetados para os próximos 12 meses para que a parcela esteja equilibrada. Os
38 componentes, com encontro de efeitos atenuantes e aumentos significariam 6,32% de impacto. Sugere
39 que o Conselho deveria pedir, a exemplo da Copel, que teve reajuste de 0,4% (frente previsão de 5%),
40 com queda de 1% aos consumidores residenciais, em que foi incluída a CVA na Conta-Covid, somente
41 esses fatores somam 5,7%. E observa que, quanto à diferenciação do risco hidrológico, a
42 concessionária deveria, moralmente, considerar que foi sobrestimado para o RTA de 2020. O Sr.
43 Dussel questiona se o Conselho faria este pleito primeiro para a EMS e depois encaminharia à Aneel.

44 O Sr. Ricardo explica que, sim, a concessionária precisa aceitar os termos porque aceita o
45 endividamento junto ao banco, tanto que a Cemig não aceitou. Observa que isso é válido somente para
46 os próximos reajustes e considera que no caso da EMS é válido porque está no limbo e ainda não
47 recebeu. Sr. Dussel pergunta se haverá tempo hábil, já que o aumento produz efeitos a partir de 01/07 e
48 Sr. Ricardo diz que é preciso tentar, uma vez que essa nova situação surgiu ontem, 25/06. A presidente
49 faz um aparte, explicando todo o processo, em que a Aneel acatou observações feitas pelo Sr. Ricardo,
50 ressalta que está atendendo pedidos da imprensa e que mostrar a tentativa do Concen é interessante,
51 porque um peso menor no valor da energia pode mitigar a inadimplência e trazer outro cenário para a
52 economia. Lembra que é preciso dar tratamento isonômico pela Aneel e que as concessionárias
53 receberão porque o empréstimo será feito e será pago pelo consumidor a partir do ano que vem, em
54 cinco anos. A Sra. Eliamar questiona os juros e diz que, ainda assim, diluído em cinco anos, parece
55 menos oneroso do que pagar em um ano esse índice de reajuste. A presidente lembra que a conta feita
56 em estudo pelo consultor apontava impacto de 2% ao ano, sem somar PIS e Cofins. O Sr. Dussel
57 reforça que esta é uma oportunidade para a EMS estar junto e se posicionar perante a sociedade em sua
58 área de concessão. Ressalta que o Concen solicitou várias vezes o impacto no faturamento, mas a
59 publicação aponta perda de R\$ 156 milhões e aumento de inadimplência de R\$ 138 milhões, na REN,
60 mas que o Conselho não obteve essas informações antes. “Sabemos que provavelmente a Aneel
61 trabalhou com ilações, mas percebemos uma grande dificuldade de obter informações da Energisa.
62 Será muito bom se pudermos diferir esse percentual, a posição da Indústria é de, de repente, tentar
63 ainda hoje, marcar reunião, ainda que por LIVE, para 29/06 para encaminhar pleito à Aneel e tentar
64 segurar esse reajuste que entra em vigor dia 01/07”. Menciona LIVE da qual participou, da FGV, com
65 participação de diretores da CCE e da Aneel sobre a implementação da Resolução 885. O Sr. Ricardo
66 esclarece que é justamente este o assunto em pauta, no artigo 5, parágrafo 10. Quanto à pergunta da
67 Sra Eliamar, responde que os 5,7% significam R\$ 153 milhões, ao longo de 12 meses. “É uma
68 antecipação de receita e para mitigar o governo agiu em nosso nome vai contratar e ficamos sabendo
69 que o governo fez essa contratação em nosso nome com correção de CDI, mais 2,5%”, observa a
70 presidente. Considerando todos os cenários, o impacto aos consumidores da EMS será de 9,5%, a ser
71 diluído em cinco anos. **4. Envio das atas das últimas reuniões para análise e contribuição, caso
72 haja, ao seu teor;** Fala que a EMS recebeu notificação da Defensoria Pública de Dourados
73 questionado a razão de as atas não serem disponibilizadas e, a checar no site da Energisa, ainda
74 encontram informações desatualizadas, da diretoria antiga, mas que, felizmente as questões estavam
75 avançadas para que haja uma resposta satisfatória. Voltando ao segundo tema de pauta, a Sra Denise
76 interfere, dizendo que o Sr. Elier poderia participar da reunião com o Concen, a presidente diz que não
77 há oposição, mas precisa de alguém que possa dar uma resposta, lembrando que é um assunto que
78 urge. A Sra Eliamar diz que em seu entendimento a presidente pode falar com o diretor por telefone,
79 sem necessidade de reunião, porque pode haver dificuldade de ter tempo hábil para sinalização pela
80 concessionária e tomada de decisão. O Sr. Dussel diz que está de acordo com a proposta e o Sr.
81 Erivaldo, da mesma forma. O Sr. Ricardo se propõe a disponibilizar a apresentação, reforça que o
82 procedimento é: primeiro a concessionária estar de acordo e, em seguida, solicitar a Aneel que, em
83 caráter excepcional, considere a EMS, porque ainda não ocorreu efetivamente o reajuste, mas que, para
84 isso, é preciso alterar a resolução que permitiu integrar componentes financeiros à conta-Covid. A Sra.
85 Denise se propôs a intermediar conversa entre a presidente e o diretor da concessionária, Sr. Paulo
86 Roberto. A presidente lembra, inclusive, que outro processo de RTA que acompanhou, do grupo, foi

87 da Sulgipe, que teve reajuste negativo e que o momento de estagnação econômica sem sinais de
88 recuperação rápida, exige tentativas de amenizar impactos. Preocupado com o tempo exíguo, o Sr.
89 Dussel propõe, inclusive, que o Concen faça uma minuta pleiteando formalmente junto da EMS, a
90 concordância com o pedido junto à Aneel. A presidente ressalta ao Conselheiro que já havia ideia de
91 fazer o documento, mas de qualquer sorte fica tudo registrado em ata, mas que sua maior preocupação,
92 é que neste sábado às 9h30 já terá entrevista com o SBT que vai questionar impactos às classes de
93 consumo. Afirma que o papel do Concen é buscar saídas ao consumidor, sempre olhando o equilíbrio
94 econômico da concessionária, que no momento não está em risco, com as medidas de socorro. O Sr.
95 Dussel propõe que o pleito seja técnico, mas também discursivo com as considerações sobre o
96 momento. A presidente socializa com os demais Conselheiros sobre documento da Fecomércio, que
97 será encaminhado no grupo, que apontam os reflexos da pandemia no comércio de bens, serviços e
98 turismo e pensei em usar dados, aos quais podem ser somados eventuais dados das outras classes
99 produtivas para fundamentação do pleito junto da EMS. Cita como exemplo Bonito, que vive de bens e
100 serviços, mas que está sendo sustentada pelo funcionalismo público durante a pandemia. **3. Sigilo e**
101 **informações e relacionamento com o Conselho - Compromisso feito em posse - Ex: No Processo:**
102 **48500.002846/2020-21 que trata da Consulta Pública nº 35/2020 - Conta Covid quanto ao**
103 **documento de acesso restrito que o Conselho de Consumidores deveria acessar.** Quanto a esse
104 tópico lembra de manifestação do Sr. Dussel de como o Conselho não tem acesso a documentos
105 importantes e observa que é preciso que a concessionária entenda o papel do Conselho, que está longe
106 do regulatório e que é preciso reaproximar. “Se não formos por esse caminho vamos começar a
107 solicitar para a Aneel”. Ressalta que quando é solicitada a dar entrevista, é preciso ter argumentos. “A
108 projeção de inadimplência foi trazida pelo Ricardo, nunca tivemos isso dito pela Energisa, mas eu falo
109 quando me perguntam porque os dados estão na Aneel”. Cita como exemplo última entrevista à TV
110 Interativa, em que apelou ao consumidor que tem condições para que pague sua conta, uma vez que o
111 pós-pandemia será uma incógnita. **5. Assuntos gerais.** Retoma a presidente a manifestação sobre
112 canais de atendimento, diz que considerou com Dr. Marcos Bragatto, da Aneel, que houve um
113 relaxamento na fiscalização de atendimento, embora para o consumidor os prazos regulatórios
114 continuem vigentes. A jornalista Fernanda Mathias relata situação em Corumbá, procurada pelo
115 apresentador do BDMS, para saber sobre solicitação de consumo final em Corumbá por transferência,
116 mas que não conseguia atendimento pelos canais da internet e GISA. O Sr. Erivaldo diz que há muita
117 reclamação no interior do Estado e que o Procon estadual notificou a empresa quanto aos canais de
118 atendimento. A presidente solicita, então, retorno sobre o assunto, uma vez que o diretor Paulo disse
119 que as equipes de call center estavam trabalhando com medidas de biossegurança, mas lembra que as
120 pessoas precisam do serviço, mais do que nunca solicitados de casa. Em último tópico, disse que foi
121 pega de surpresa por um jornalista durante o fim de semana que consultou sua opinião sobre a nova
122 fatura de energia e que não teve conhecimento sobre as mudanças, embora tenha solicitado de forma
123 recorrente que a concessionária informe o conselho. “Nos deixam de saia justa porque mesmo que
124 estejamos em home office, as coisas estão acontecendo, as informações estão chegando por e-mail e
125 houve o lançamento pela assessoria de imprensa a informação sobre esse novo layout. A gente vem
126 pedindo para tomar ciência e, inclusive, para contribuir”. O Sr. Erivaldo concorda com a presidente.
127 “Lembro-me que no ano passado você, Rosimeire, reforçou em reunião lá na FAMASUL sobre a
128 importância da empresa sempre e, com antecedência, consultar o Conselho sobre eventuais
129 mudanças”. O Sr. Sebastião complementa a fala da presidência e diz que a Energisa poderia ter a

130 delicadeza de informar, caso não tenha a informação, decorrente da invasão do sistema, que iria usar
131 dados da Aneel, mas que não houve retorno. “É bastante falta de consideração”. A presidente observa,
132 ainda, que se essa carta anexada ao processo tinha caráter sigiloso, pelo fato de a concessionária operar
133 com capital aberto, não se trata mais de sigilo porque está publicado pela Aneel. Inclusive, observa que
134 o Concen conta com jornalista desde 2015 e que nunca foram vazadas informações sigilosas, como as
135 constantes da planilha SPARTA à qual o Conselho tem acesso. A Sra Rosimeire pergunta se algum
136 outro conselheiro quer fazer manifestação por meio de assuntos gerais e, por último, questiona o que
137 aconteceu com o contrato do Sr. Ricardo Vidinich, a secretária diz que havia uma previsão de que
138 contrato fosse fechado em R\$ 16 mil, mas que o consultor observou que havia prestações anteriores,
139 por isso totalizando R\$ 20 mil, que houve necessidade de alteração do processo e que ontem, 25/06, foi
140 aprovado o contrato para quitar os serviços já prestados. Que a mensagem dispensando a contratação,
141 foi emitida automaticamente e que foi feita uma argumentação de como foi feito o processo de tomada
142 de serviços. A presidente disse que o acordado era que seriam R\$ 16 mil por seis meses. O Sr. Ricardo
143 afirma que uma vez que está resolvido é preciso seguir. A Sra Denise explica que será pago o serviço
144 executado e é preciso pactuar como será feito daqui para frente, iniciando contrato novo. O Sr. Dussel
145 disse que foi questionado por um diretor que deve levar ao presidente da Fiemg, que deve fazer o
146 contato com o diretor da Energisa MS. O Sr. Ricardo explica que a vantagem para a empresa é que
147 quando tira parte da tarifa e recebe pelo empréstimo é mais fácil, rápido e seguro, dado o aumento da
148 inadimplência. Detalha que o recebimento via Conta-Covid será escalonado até dezembro de 2020. A
149 presidente também se compromete a falar sobre o assunto com a diretoria e economista da Fecomércio
150 MS. Da mesma forma, sugere que a Sr. Eliamar passe ao seu diretor. “Nossa função é essa, descobrir
151 formas de assessorar nossos presidentes das Federações”. O Sr. Ricardo explica que a apresentação já
152 foi enviada com a proposta de pedido à Aneel. A presidente acorda que na próxima semana envia todas
153 as atas de reuniões que ocorreram desde o início das reuniões virtuais, da mesma forma assim que
154 tiver documento já rascunhado. Agradece a todos e encerra a reunião.



Rosimeire Cecília da Costa
Presidente do CONCEN



Denise Simões
Secretária Executiva do CONCEN